

O Aprontamento e Sustentação das Forças do Exército nas Missões Internacionais da NATO

José Pinto Ramalho

General

Chefe do Estado-Maior do Exército

Resumo

Este ensaio analisa o aprontamento e a sustentação da componente terrestre das forças armadas nas missões internacionais da NATO, começando por dividir a sua participação em quatro períodos distintos. De seguida, analisam-se as vantagens decorrentes para o Exército da participação de cerca de 11.286 militares do Exército em missões no âmbito exclusivo da NATO, desde o recrutamento à transformação, passando pelo conhecimento e experiência.

No âmbito do aprontamento, o artigo destaca aspectos como as especificidades no âmbito da preparação, o treino orientado para a missão, os requisitos da força, a unidade organizadora e a importância de todas as directivas e orientações. No que concerne à sustentação das forças, o autor salienta aspectos como a maximização dos recursos disponíveis e o rigoroso controlo dos processos administrativos, logísticos e financeiros. Em suma, a participação do Exército português tem sido positiva a todos os níveis, o que decorre do significativo nível de empenhamento do Exército.

Abstract

The Readiness and Sustainability of the Portuguese Army Forces in NATO's International Missions

This essay focuses on the readiness and sustainability of the terrestrial component of the Portuguese Armed Forces in NATO's International Missions in four distinct periods. Then, it analyses the advantages – in the fields of recruitment, transformation, knowledge and experience – of the Portuguese Army participation in NATO's exclusive context.

At the readiness level, the article highlights specific aspects related to preparation, mission's oriented training, force requirements, organization unit, and the importance of all guidelines and norms. In what concerns the force's sustainability, the author underlines aspects such as the maximization of available resources and the rigorous control of bureaucratic, logistic and financial processes.

It concludes arguing that the Portuguese Army's participation involvement has been positive at all levels, due to the significant commitment of the national forces.

1. Introdução

Portugal, como membro fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), participa na sua estrutura militar com um elevado nível de empenhamento, assumindo perante os seus pares as responsabilidades decorrentes da partilha de responsabilidades de segurança e defesa no âmbito global, na qual o Exército tem tido um papel relevante, desde os seus primórdios.

Ao longo do tempo a participação da componente terrestre das Forças Armadas nacionais tem apresentado diferentes facetas, podendo considerar-se globalmente dividida em quatro períodos distintos:¹

- 1) 1949 a 1961: neste período, Portugal assumiu um compromisso inicial de levantamento de quatro Divisões, embora mais tarde revisto para um nível inferior; verifica-se um esforço de adaptação do Exército, em termos organizacionais, estruturais e no domínio dos armamentos; é neste período que é constituída a Divisão Nun' Álvares, mais tarde designada de 3ª Divisão, e criado o Campo de Instrução Militar em Santa Margarida, especificamente vocacionado para o treino de armas combinadas e com capacidade de manobra para uma grande unidade terrestre; este período atinge o seu apogeu em 1956/59, com a realização de manobras de grande vulto;
- 2) 1961 a 1976: com o início da Guerra do Ultramar verifica-se um nítido abrandar do envolvimento do Exército nas actividades no âmbito da Aliança, embora ainda se tenham realizado alguns exercícios especificamente orientados para a NATO, com Agrupamentos de Armas Combinadas e apoio de fogos real;
- 3) 1976 a 1996: após o fim do conflito ultramarino, Portugal desenvolve um esforço significativo de retorno à participação activa na satisfação dos objectivos da Aliança, desde logo com a criação da 1ª Brigada Mista Independente, em 1976, e o seu desenvolvimento até à completa mecanização, em 1994; neste período, a par de um notável trabalho de reequipamento e organização, dá-se um sério incremento ao nível doutrinário e de formação do pessoal nos procedimentos NATO, incluindo a participação em inúmeras actividades de treino operacional e exercícios; também neste período verifica-se a atribuição de forças do Exército à Aliança e de elementos nacionais às respectivas estruturas de Comando, Comités e Grupos de Trabalho;
- 4) 1996 ao presente: com o início da participação de FND em operações da NATO, logo a partir de 1996 no Teatro de Operações da Bósnia-Herzegovina

1 In RAMALHO, Cor Tir Art José Luís Pinto, "*A Contribuição do Exército Português para a OTAN*"

(IFOR), o envolvimento do Exército nas tarefas e estruturas da Aliança cresceu exponencialmente, assumindo Portugal, uma vez mais, o seu papel de membro de pleno direito e de “produtor de segurança”, em benefício da paz e estabilidade globais. No fundo é sobre este período mais recente que importa agora focar o tema central deste texto, na perspectiva do aprontamento e sustentação das forças do Exército, que vão cumprir as mais variadas missões ao serviço de Portugal e dos seus parceiros da Aliança.

Os termos “Força Nacional Destacada” (FND) e “Elementos Nacionais Destacados” (END) surgem no início da presente década, na sequência de anteriores designações, tais como “contingente nacional” e “missão das FA portuguesas”, entre outras. Uma possível definição de FND é “qualquer unidade militar ou de segurança devidamente organizada, equipada, treinada e enquadrada, à qual é atribuída uma missão adequada à sua natureza, fora do território nacional, por um período limitado de tempo (normalmente seis meses), no âmbito da satisfação dos compromissos internacionais assumidos por Portugal”.² Por analogia, consideram-se como END os militares isolados ou em pequenos grupos não enquadrados nacionalmente, nomeados para o preenchimento de cargos internacionais específicos, normalmente em funções de Comando, Estado-maior, assessoria, monitorização ou outras, fora do território nacional, por um período limitado de tempo, no âmbito da satisfação dos compromissos internacionais assumidos pelo país.

No que se refere à *NATO Response Force* (NRF),³ considera-se esta como uma força altamente treinada e disponível, tecnologicamente avançada, capaz de ser projectada pela Aliança sempre e onde se revele necessário; pode desempenhar missões em qualquer local do mundo e em todo o espectro de operações, incluindo evacuações, gestão de catástrofes, contra-terrorismo e força de entrada inicial. Esta força pode ter um efectivo de até 25.000 homens (das componentes marítima, terrestre, aérea e de forças especiais) e ser projectada até cinco dias após activação, operacionalmente auto-suficiente até 30 dias ou por um período mais dilatado, se logisticamente apoiada.

2. A Participação de Forças do Exército em Missões Internacionais da NATO

No período pós Guerra Fria, o Exército participou em **inúmeras operações militares**, em quatro continentes e em 17 teatros de operações distintos, envolvendo

2 In SANTOS, TCor, H. J. Pereira, “A Artilharia Portuguesa nas FND”

3 <http://www.nato.int/>

um efectivo de cerca de 20.000 homens e mulheres (dos quais 11.286 em missões no âmbito exclusivo da NATO) que serviram o País com grande dedicação e profissionalismo, elevando bem alto a sua condição de portugueses e militares (anexo A).

Estas operações, realizadas no âmbito de Organizações Internacionais das quais Portugal faz parte, mas também unilateralmente, como iniciativa nacional, constituíram-se nos anos mais recentes como o principal factor de desenvolvimento e motivação do Exército, sendo igualmente uma forte **razão de adesão e permanência do serviço nas fileiras**, em particular no universo de pessoal contratado.

O envolvimento nestas operações decorreu das profundas alterações no quadro geoestratégico internacional, em sintonia com as tendências da maior parte dos países ocidentais, e implicou um **enorme esforço de adaptação, renovação e transformação** no seio do Exército, como Instituição, e dos seus membros, como entidades individuais.

Decorrente desta participação, o Exército acumulou um conhecimento e uma **experiência significativa no âmbito internacional**, ao mesmo tempo que proporcionou aos seus militares uma oportunidade única de treino e aplicação real de capacidades, envolvendo tarefas muito diversificadas, desde o apoio humanitário às acções de combate.

A participação de forças do Exército Português em **missões internacionais** no seio da Aliança Atlântica decorreu no âmbito das operações nos territórios da Bósnia-Herzegovina (IFOR e SFOR), Kosovo (KFOR), Iraque (NTM-I), Paquistão, Afeganistão (ISAF), Albânia (AFOR) e Macedónia (TFH/TFF), envolvendo um efectivo total de 10.965 militares (Fevereiro de 2009) ao longo dos últimos 14 anos.

Para além das operações militares acima referidas, em que o Exército participou com forças devidamente enquadradas, verificou-se um envolvimento significativo de inúmeros recursos humanos, materiais e financeiros em distintos territórios, momentos e condições, designadamente em estruturas de Comando e de Estado-Maior, Monitorização e de Treino, de que naturalmente se destacam as participações em QG internacionais, missões humanitárias e de assessoria.

Igualmente no âmbito da Aliança o Exército desenvolveu, desde 2003, o aprontamento e sustentação de 12 unidades para integrarem a componente terrestre da *NATO Response Force* (NRF), envolvendo um efectivo total de 3.418 militares, enquadrados em unidades de escalão Batalhão, Companhia ou Grupo Tarefa (*Task Group*), devidamente equipados e treinados para emprego em missões de largo espectro.

A participação de forças do Exército em NRF encontra-se sumariamente descrita no Anexo B.

3. O Aprontamento de Forças do Exército

O ambiente multinacional onde normalmente decorrem estas missões exige a salvaguarda de algumas **especificidades no âmbito da preparação** das forças, em particular no que se refere à necessidade de conduzir em simultâneo tarefas múltiplas, que variam desde a ajuda humanitária, acções de presença e segurança das populações, até demonstrações de força e acções de imposição de paz.

O aprontamento de forças do Exército para a participação em missões internacionais enquadra-se no âmbito do conceito de treino operacional genericamente definido para este Ramo das Forças Armadas, com as condicionantes inerentes à natureza do **treino orientado para a missão**.

O desenho do treino operacional da força é determinado pelo tempo disponível para o aprontamento, a natureza da missão, tipo de ameaças mais prováveis, características da Área de Operações e pela natureza das forças em presença.

Na fase inicial de levantamento das necessidades são definidos os **requisitos da força** que incluem, entre outras, as necessidades de pessoal e material, a sua estrutura orgânica, as capacidades de planeamento, controlo e condução de operações, os requisitos de natureza logística e a estrutura de comando e ligação com entidades externas (nomeadamente IO e NGO). Estes requisitos são naturalmente decorrentes do processo de planeamento, em estreita ligação com o escalão superior e com a Aliança, dependendo efectivamente da natureza da missão, do TO, das forças em presença, do tipo de ameaças mais prováveis, do tempo disponível e dos constrangimentos de natureza política existentes.

No início da fase de aprontamento é elaborada uma **Directiva do Comandante do Exército** que determina as condições em que todo o processo irá decorrer. Este documento de base define com rigor e pormenor a missão, o conceito e os aspectos de execução e apoio de serviços, relativos a todo o ciclo de aprontamento e sustentação, incluindo as ordens a todas os participantes no processo.

Também nesta fase é definida a **Unidade Organizadora** (ou aprontadora) que, no fundo, recebe a responsabilidade primária da organização, aprontamento e acompanhamento da FND, END ou NRF durante a fase de emprego operacional. Estas Unidades, normalmente Grandes Unidades do Sistema de Forças Nacional, em particular uma das suas três Brigadas, acumularam ao longo do tempo um saber e uma prática de grande valor, que permite na actualidade o levantamento de forças para a satisfação de compromissos internacionais da mais variada natureza, muitas vezes em curtíssimos espaços de tempo (tal como se verificou em 2006, no aprontamento da Unidade de Engenharia para a UNIFIL).

Durante a fase de planeamento inicial e aprontamento, a par de toda a actividade de treino operacional, é elaborada a **documentação de suporte para todas as fases da missão**, incluindo a relativa ao plano de treino, planos de operações, orgânica de pessoal e material, dotação de munições, plano de sustentação, plano de projecção / retracção, etc.

O aprontamento inicia-se com uma fase de **treino de nivelamento** que tem como objectivo primordial a reunião do pessoal e material e a resolução de lacunas eventualmente existentes ao nível de treino do pessoal, bem como o eventual re-completamento da unidade em materiais necessários ao período de treino. Segue-se um período de **treino orientado para a missão** que culmina com um exercício LIVEX, com todo o efectivo da força presente, num momento que normalmente culmina o aprontamento. Após este período iniciam-se as actividades preparatórias da projecção para o Teatro de Operações (TO), que decorre imediatamente antes do início da operação e da respectiva transferência da autoridade para o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA).

Em paralelo com as actividades centrais do aprontamento, com ênfase no treino orientado para a missão, decorrem muitas outras actividades relevantes para o cumprimento da missão, tais como a instrução individual e colectiva (cursos, estágios e outras actividades de formação), aprontamento sanitário e administrativo, reconhecimentos ao TO, elaboração de planos e estudos de natureza operacional, *briefings*, avaliação e certificação da força, testes linguísticos, troca de informações com o TO, etc.

Para além do anteriormente mencionado, geralmente aplicado ao universo de FND e/ou END, **as tarefas inerentes ao aprontamento de NRF** seguem um ciclo em tudo semelhante em termos de aprontamento, embora geralmente mais dilatado no tempo, dada a complexidade e amplitude do possível espectro de emprego. Neste sentido, as grandes diferenças centram-se no âmbito do programa de treino, naturalmente mais abrangente para estas últimas e na necessidade de disponibilidade de informações de natureza variada de diferentes possíveis Teatros de Operações.

4. A Sustentação de Forças do Exército

A sustentação de forças em missões internacionais é garantida com o recurso às estruturas e procedimentos normalmente utilizados pelo Exército, de forma a garantir a **maximização dos recursos disponíveis**, em particular os já existentes nas Unidades, Estabelecimentos e Órgãos (U/E/O) do Exército, a par de um **rigoroso controlo dos processos** administrativo-logísticos e financeiros.

De uma forma geral, no âmbito da NATO, o princípio geral que enquadra e define o apoio logístico da força é o de uma responsabilidade primariamente nacional. A sustentação das forças é feita com base no Sistema Logístico Nacional, complementado através do estabelecimento de protocolos e de contratos específicos, sob a forma de Memorandos de Entendimento (MOU) ou Acordos Técnicos (TA).

O **conceito de sustentação**, definido pelo Comando do Exército através de uma Directiva genérica própria, complementada com os planos administrativo-logísticos específicos de cada força, determina os termos em que decorre o apoio durante as fases de aprontamento, projecção, emprego / *stand-by* (caso das NRF) e retracção.

A **organização e estrutura da força** são desenhadas em função dos recursos disponíveis, da missão atribuída e da satisfação dos requisitos operacionais definidos para cada missão.

O Comando Operacional e o Comando da Logística coordenam e repartem entre si responsabilidades no âmbito da sustentação, bem como na avaliação operacional dos processos necessários à implementação das Estruturas Orgânicas de Pessoal (EOP), de Material (EOM) e de Dotação Operacional de Munições (DOMun).

Nas diferentes fases do processo de planeamento e execução da sustentação, existe uma ligação estreita entre os órgãos responsáveis do Exército e do EMGFA, tendo em vista a coordenação de actividades e a maximização do apoio, com recurso às sinergias criadas a partir da utilização de meios da mais diversa natureza e proveniência.

Em termos de **recursos financeiros**, o Comando da Logística tem a responsabilidade primária da consolidação orçamental, de forma a garantir o respeito pelos princípios anteriormente enunciados: maximização dos recursos e rigoroso controlo dos processos. A responsabilidade do controlo orçamental cabe, no entanto, a todos os níveis de Comando e em todos os escalões, pelo que é uma permanente preocupação de todos os responsáveis envolvidos no processo. Em situações de necessidade está prevista a atribuição de reforços orçamentais, quando tal se revele necessário, de forma a garantir a continuidade da sustentação e o sucesso da missão.

Um outro aspecto muito importante na definição das Estruturas Orgânicas de Material reside no facto de a definição das mesmas ser articulada com o **processo de reequipamento do Exército**, na medida em que as missões internacionais têm sido, nos anos recentes, o grande motor da dinâmica e do desenvolvimento deste Ramo, com os consequentes investimentos feitos neste âmbito. Exemplo desta afirmação é a recente aquisição de 17 viaturas HMMWV para equipar subunidades da Brigada de Reacção Rápida, tendo em vista o seu emprego no TO do Afeganistão ou noutro de natureza semelhante.

Considera-se ainda como garantia de uma maior e melhor capacidade de apoio, a possibilidade (e o desejo) de empregar uma **logística conjunta e combinada**, para assegurar o apoio aos END e FND (ou NRF, quando empregues), sem descuar que este tipo de responsabilidade é, antes de tudo, um encargo nacional.

Em termos mais concretos, o Exército apronta e destaca END e FND de acordo com a categorização de forças superiormente definidas, assegurando o seu transporte, sustentação e rendição de forma a garantir a satisfação dos compromissos internacionais assegurados pelo Estado. Em caso de necessidade ou a fim de garantir uma maior eficiência, o apoio pode ser complementado através de outros Ramos das Forças Armadas, com o recurso a meios civis ou através de acordos com organizações ou entidades terceiras, no Território Nacional ou em Teatro.

Os procedimentos que definem a natureza do apoio estão contidos em documentação nacional ou da NATO, das quais se destacam as já referidas Directivas e Planos, mas também *Stanag*, *AJP*, *NEP* e circulares.

Existem diversas **entidades envolvidas** no processo de sustentação, em particular o Comando Operacional (designadamente durante as fases de aprontamento e *stand-by*) e o Comando de Logística (nas fases de projecção, sustentação e retracção). A doutrina de referência é a da Aliança, em particular no que se refere aos procedimentos administrativo-logísticos, incluindo a definição NATO das classes de abastecimento.

A situação administrativo-logística é acompanhada através da acção de Comando, visitas de apoio técnico, inspecções, auditorias financeiras, registos, relatórios e outros instrumentos de gestão.

Em termos de **reabastecimento** é definido como dado de planeamento a existência de um nível mínimo de 7 dias de abastecimentos (DOS) de todas as classes de abastecimento no TO e de 23 DOS em Território Nacional. Encontram-se igualmente definidos os procedimentos para o reabastecimento de artigos críticos (regulados e controlados), artigos da cadeia de abastecimentos e para a aquisição de artigos no TO. Todo o material encontra-se à carga da Força, sendo controlado pelo Comando da Logística, através do Regimento de Transportes, que para o efeito mantém o registo de todo o material existente e do material fornecido.

O **transporte** para entrada e saída do TO é igualmente uma responsabilidade nacional, quer em termos de pessoal, quer em termos de material. Para o efeito as Unidades Organizadoras elaboram os respectivos Planos de Movimento, desde as suas localizações de guarnição até aos pontos de embarque, sendo os respectivos Planos de Projecção e Retracção elaborados pelo Comando da Logística, em coordenação com o Comando Operacional. Este transporte de nível estratégico é objecto de concurso internacional, efectuado pelo Comando da Logística, sujeito às regras

normais de contratação pública, o que por vezes limita a prontidão e oportunidade da projecção. Os transportes de sustentação são normalmente assegurados pela Força Aérea, com a periodicidade imposta pela natureza dos TO e disponibilidade de meios nacionais existentes.

A **manutenção** de equipamentos em TO pode ser executada até ao nível de Manutenção Intermédia de Apoio Directo (A/D), devendo os trabalhos de maior vulto ser realizados após autorização do Comando da Logística. As reparações em TO não devem exceder 14 dias podendo, se necessário, solicitar-se o reforço da capacidade de manutenção através do apoio das unidades organizadoras e/ou de equipas de contacto especificamente enviadas para o efeito. Neste âmbito as Oficinas Gerais de Material do Exército (OGME) cumprem um papel fundamental como instituição vital e de grande mais-valia para o Exército.

Em termos de **administração do pessoal** importa referir que todo o efectivo está sujeito à legislação nacional, em particular no que se refere aos processos de nomeação, regimes remuneratórios, justiça e disciplina e protecção social. Todo o pessoal em missão usufrui de um seguro de vida para reparação de danos por morte ou invalidez permanente. O pessoal beneficia ainda de um serviço postal militar, para o envio e recepção de correspondência particular.

As FND e END elaboram **relatórios periódicos**, durante todo o período de missão, incluindo o aprontamento, onde são incluídos os aspectos relevantes de treino, situação de pessoal e material, entre outros.

No **caso específico de NRF** a sustentação feita durante o período de aprontamento é em tudo semelhante àquela que se verifica para as FND, embora o volume de tarefas de planeamento da sustentação seja significativamente maior, dada a incerteza sobre o momento e a natureza do eventual emprego. Importa considerar que a perspectiva de emprego da NRF é de até cinco dias após accionamento (NTM), pelo que todo o apoio e sustentação logística e administrativa deverão, a par do nível de treino operacional, apresentar um elevadíssimo nível de prontidão e uma significativa capacidade de rápida resposta às alterações da situação.

5. Visão Actual do Exército

Para satisfazer as múltiplas missões atribuídas, incluindo naturalmente as decorrentes dos compromissos internacionais, o Exército dispõe da sua **Força Operacional Permanente** (FOPE) organizada, equipada e treinada para qualquer tipo de intervenção, em operações de largo espectro. Esta Força, articulada de um modo equilibrado em três Brigadas distintas e num conjunto diversificado de Unidades de

Apoio Geral, encontra-se preparada para o seu emprego em operações de combate convencional, capaz de responder às exigências de um qualquer cenário adverso da conjuntura estratégica actual, com particular ênfase em TO predominantemente terrestres e urbanos e em ambientes operacionais de grande cobertura mediática, onde o terrorismo continuará a estar presente como uma realidade incontornável do actual quadro geoestratégico internacional.

Neste sentido, encontram-se estabelecidos para cada uma das Brigadas os seguintes **níveis de empenhamento operacional** e de participação nos paradigmas da modernização e da transformação, com particular ênfase nas NRF e nas *Force Proposals* (FP) da NATO:

- **Brigada de Reacção Rápida:** preservação da sua identidade e capacidades no âmbito das Forças Especiais que permita constituir-se como “*Initial Entry Force*” em TO de grande exigência, a par de se constituir ainda como núcleo fundamental do Exército da Força de Reacção Imediata (FRI);
- **Brigada de Intervenção:** constituição do núcleo fundamental de capacidades médias, orientadas para o levantamento de um *Battle Group* da União Europeia, numa situação em que Portugal se assuma como Nação Líder desse objectivo de força;
- **Brigada Mecanizada:** manutenção e desenvolvimento da capacidade pesada, com base em meios mecanizados e blindados, que permita a geração de um Grupo de Reconhecimento (no âmbito das FP / NATO) ou de um Agrupamento Mecanizado (no âmbito da NRF).

A fim de garantir a satisfação dos níveis de empenhamento acima identificados, permitindo articular os recursos humanos existentes com os equipamentos disponíveis e o treino operacional possível, garantindo assim uma inequívoca capacidade de geração de forças, encontram-se definidos como **requisitos operacionais urgentes** os seguintes:

- Viaturas especiais para transporte e apoio dos CC Leopard 2 A6;
- Sistemas para integrar a componente ISTAR;
- Viaturas para as Forças Especiais (4x4);
- Reforço do projecto SIC-T e sistemas destinados ao SIC-O;
- Equipamento destinado a colmatar lacunas das forças de primeiro emprego;
- Sistemas de protecção Nuclear, Biológica e Química (NBQ);
- Sistemas de visão nocturna;
- Sistemas de protecção electrónica;
- Armamento ligeiro.

Aqueles requisitos operacionais serão satisfeitos através da implementação de **projectos estruturantes de reequipamento e da transformação** do Exército, já inscritos ou a inscrever na Lei de Programação Militar, de que se destacam:

- Capacidade de Comando, Controlo e Comunicações – emissores/receptores (E/R) 525, Sistema de Informações e Comunicações Tático (SIC-T) e Sistema de Informações e Comunicações Operacional (SIC-O);
- Capacidade de Reacção Rápida – 10 Helicópteros Ligeiros e 10 Helicópteros Médios NH 90;
- Capacidade de Intervenção – Viaturas Blindadas de Rodas (VBR) 8x8 Pandur e MGS 10,5;
- Capacidade Mecanizada – Carros de Combate (CC) Leopard 2A 6 e modernização das viaturas da família M113.

Em resumo, e na sequência dos projectos acima descritos, define-se como **visão do Exército** para o futuro próximo, a manutenção de uma instituição moderna e credível, com capacidade para actuar em todo o espectro de operações e com a necessária capacidade expedicionária, que evidencie uma imagem de força, baseado em elevados padrões de exigência na Formação e Qualificação, que participe nas formações militares que constituem o paradigma da modernidade e da transformação – *NATO Response Force (NRF) / NATO e Battle Group (BG) / EU* e que, não menos importante, assuma uma presença efectiva junto da Sociedade, orientado segundo as seguintes linhas de rumo principais:

- Organizar e equipar a FOPE de modo equilibrado;
- Dar ênfase à actuação operacional dos baixos escalões táticos;
- Organizar e treinar como se perspectiva combater;
- Reequipar como factor de motivação e imperativo de funcionalidade;
- Ênfase na eficácia das informações para actuação operacional preventiva;
- Desenvolver e aperfeiçoar a formação dos líderes do futuro;
- Potenciar imagem de força, determinação, modernidade e excelência.

6. Conclusões

Desde a fundação da Aliança que o Exército garante um significativo nível de empenhamento na satisfação dos seus objectivos, quer através da participação e afiliação de forças e elementos isolados, quer num esforço significativo de harmonização doutrinária, reequipamento e normalização de procedimentos. Para

além do seu envolvimento em diversas missões internacionais, o Exército honra ainda os compromissos internacionais assumidos pelo país com a afiliação das suas três Brigadas do Sistema de Forças (Brigada Mecanizada, Brigada de Reacção Rápida e Brigada de Intervenção) à estrutura de forças NATO, através dos seus quartéis-generais de alta disponibilidade (respectivamente o NRDC-SP, o ARRC e o NRDC-IT).

Em termos mais gerais, o Exército cumpre e garante os objectivos e níveis de empenhamento operacional previstos no Conceito Estratégico Militar, quer em termos das missões internacionais da Aliança, mas também ao nível de outras organizações internacionais das quais Portugal faz parte (ONU, EU, OSCE, etc.), por iniciativa nacional, internamente na satisfação de outras missões de interesse público, desenvolvendo um esforço permanente e orientado de modernização e de prontidão para todas as situações a que possa ter que acorrer.

No âmbito da satisfação dos compromissos internacionais, para além de continuar a garantir o aprontamento e a sustentação de forças e de elementos isolados para os diferentes TO onde está actualmente envolvido, o Exército tem presentemente como nível de ambição:

- Constituir e certificar um Comando de Brigada de nível NATO, para emprego em operações internacionais de largo espectro;
- Garantir o levantamento de um *Battle Group* para a União Europeia, assumindo-se Portugal como *Framework Nation* deste projecto.

O Exército participa ainda com um significativo volume de meios nas NRF e BG, construções operacionais que materializam o paradigma da transformação e da modernidade dos exércitos que contam em termos de segurança cooperativa.

A FOPE é organizada com base em três Brigadas e um conjunto de forças de apoio geral, de onde se destacam um grupo significativo de nichos de excelência, designadamente os elementos de Guerra da Informação e de Defesa Biológica e Química e a capacidade e disponibilidade das Forças Especiais (Comandos, Pára-quedistas e Operações Especiais).

Bibliografia

- AAVV, “Portugal e os 50 Anos da Aliança Atlântica 1949-1999”, MDN, Lisboa, 1999.
- CALMEIRO, Maj Inf Luís e MAGRO, Maj Inf José, “O Exército Português nos Caminhos da Paz”, GabCEME, Lisboa, Outubro 2005.

RAMALHO, Cor Tir Art José Luís Pinto, "A Contribuição do Exército Português para a OTAN", IDN, Revista Nação e Defesa nº 89, Primavera 99, Lisboa, 1999.

SANTOS, TCor Art Henrique José Pereira dos Santos, "A Artilharia Portuguesa nas FND", Revista de Artilharia nº 983/985, Lisboa, Jul-Set 2007.

Elementos estatísticos disponibilizados pela Repartição de Cooperação Militar e Alianças / Gabinete CEME e pelo Comando Operacional.

<http://www.nato.int/>

O Aprontamento e Sustentação das Forças do Exército
nas Missões Internacionais da NATO

Anexo A – Participação do Exército em Missões Internacionais (até 24MAR09)

<i>País</i>	<i>Âmbito</i>	<i>Missão</i>	<i>Histórico</i>	<i>Presentes</i>
BiH	OSCE	Supervisão Eleitoral	4	
	OTAN	IFOR	1.655	
		SFOR	5.406	
	UE	EUFOR - Operação Althea	1.187	15
		Total	8.252	15
Timor-leste	Nacional	MOPTL	4	
	ONU	UNTAET	2.639	
		UNMISSET	1.906	
		UNOTIL	5	
		UNMIT	4	2
		Total	4.554	2
Angola	ONU	UNAVEM II	4	
		UNAVEM III	604	
		MONUA	547	
	Nacional	CCPM	43	
		Grupo Verificação Cessar-fogo	3	
		Total	1.201	
Kosovo	OTAN	NKVM CE	2	
		KFOR	3.398	294
	ONU	UNMIK	3	
		Total	3.403	294
Moçambique	Nacional	COMIVE	3	
		Comissão Cessar-fogo	124	
	UE	EUMOSZ	4	
	ONU	ONUMOSZ	463	
		ONUB / Burundi	1	
		Total	595	
Ex-Jugoslávia	ONU	UNPROFOR	77	
		ICFY	1	
	UE	ECMM	51	
		Total	129	
Congo	Nacional	FORREZ	37	
		FORREC	10	
	UE	ARTEMIS	2	
		Inspecção Brigadas FARCD	2	
		MAARSS EUSEC	5	2
		Total	56	2

(Continua na página seguinte)










<i>País</i>	<i>Âmbito</i>	<i>Missão</i>	<i>Histórico</i>	<i>Presentes</i>
Guiné-Bissau	Nacional	FORREG (1998)	66	
		FORREG (Tarrafo)	19	
		FORREG (ApEmb)	10	
		ELIPAG (2005)	2	
	UE	EUSSR	0	1
		Total	97	1
Macedónia	ONU	UNPREDEP	3	
	OTAN	TFH	5	
		TFF	19	
		AH	6	
	UE	Operação Concordia	14	
		Total	47	
Saara Ocidental	ONU	MINURSO	25	
		Total	25	
Albânia	OTAN	AFOR	5	
		KFOR / COMMZ(W)	11	
		Total	16	
Afeganistão	OTAN	ISAF (QGs+ FND)	981	25
		JAALC	3	
		Total	984	25
Austrália	Nacional	ELIAUS	3	
		PAL	6	
		Total	9	
África do Sul	ONU	UNOSMA	5	
		Total	25	
Líbano	ONU	UNOGIL	0	
		HQ UNIFIL	12	5
		CENG/FND/UNIFIL	576	141
		Total	588	146
Croácia	ONU	UNMOP	6	
	OSCE	OSCE	1	
		Total	7	
Namíbia	ONU	UNTAG	3	
		Total	3	
Costa do Marfim	ONU	ONUCI	1	
		Total	1	
Libéria	ONU	UNMIL	1	
		Total	1	

(Continua na página seguinte)

O Aprontamento e Sustentação das Forças do Exército
nas Missões Internacionais da NATO

<i>País</i>	<i>Âmbito</i>	<i>Missão</i>	<i>Histórico</i>	<i>Presentes</i>
Burundi	ONU	ONUB	3	
		Total	3	
Iraque	OTAN	NTM-I	53	
		JALLC	1	
		Total	54	
Sudão	UE	AMIS II	2	
		Total	2	
Chade	ONU	MINURCAT		1
	UE	Chade EUFOR OHQ / Paris		1
		Total		2
Etiópia	UE	Gabinete RE EU		1
		Total		1
Paquistão	OTAN	NDROP	2	
		Total	2	
Total Geral			20.034	487
			20.521	

Anexo B – Participação do Exército em *NATO Response Forces* (NRF)

NRF	Comando Operacional NATO	LCC	Unidade Nacional		Efectivo	Período de <i>Stand-by</i>
2	JFC Brunssum	NRDC - TU	SOTG Alfa / CIOE		50	JAN04 - JUL04
3	JFC Naples	NRDC - IT	LRR Coy / CIOE		50	JUL04 - JAN05
4	JFC Naples	NRDC GE/NL	LRR Coy / CIOE		51	JAN05 - JUL05
5	JHQ Lisbon	NRDC - SP	Agr Mec / BMI		697	JUL05 - JAN06
6	JHQ Lisbon	NRDC - UK	1BI Para / BAI		636	JAN06 - JUL06
7	JFC Brunssum	EUROCORPS	SOTG / CIOE		75	JUL06 - JAN07
8	JFC Brunssum	NRDC - TU	SOTG / CIOE		75	JAN07 - JUL07
9	JFC Naples	NRDC - IT	PM Coy / RL 2		80	JUL07 - JAN08
10	JFC Naples	NRDC - GE/NL	LRR Coy / CTOE		50	JAN08 - JUL08
11	JHQ Lisbon	NRDC - FR	Recce Coy / BrigInt		140	JUL08 - JAN09
12	JHQ Lisbon	NRDC - SP	Agr Mec / BrigMec		697	JAN09 - JUL09
13	JHQ Lisbon	NRDC - SP	2BI Para / BrigRR		687	JUL09 - JAN10
14	JHQ Lisbon	NRDC - SP	BArtCamp/BrigRR		130	JAN10 - JUL10

TOTAL 3418